



EDITORIAL

A instituição de um periódico encerra em si uma grandiosa relevância para a criação de um espaço democrático de debate de ideias, pautado pela legitimidade própria do controle de cientificidade que é exigido em divulgações dessa espécie.

No âmbito do Direito, essa importância se sobressai pela natural mutabilidade do ordenamento jurídico e, portanto, das diretrizes teóricas que lhe servem de base, o que demanda uma atualização constante dos docentes, discentes e profissionais da área.

Trazendo a questão para o meio acadêmico, tem-se que a consolidação de um periódico específico de um curso universitário expande as perspectivas estruturais da Universidade, desenvolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação como formas de aplicar e robustecer o conhecimento em constante construção e evolução.

A Revista do Curso de Direito, é, pois, o resultado dessa caminhada coletiva, virtuosa e, por isso mesmo, edificante, cujo passo inicial foi dado em 1982 com a publicação do primeiro volume da então intitulada Revista da Faculdade de Direito (FADIR) da vetusta Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM).

E, por quarenta anos ininterruptos, até a sua derradeira edição impressa em 2019, a Revista esteve sob os auspícios do saudoso Professor Danilo Pereira Borges, eminente processualista, poeta, amante das letras e imortal. Gratidão ao eterno mestre.

Com efeito, após o necessário processo de revitalização e (re)institucionalização, é com grande satisfação que apresentamos a edição de número 1 da Revista do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros. Esta edição, que inaugura o fluxo contínuo de publicações exclusivamente eletrônicas, é marcada pela diversidade de temas abordados e pela excelência acadêmica dos textos selecionados, os quais refletem o trabalho árduo e dedicado de pesquisadores no campo jurídico e também de áreas afins.

Neste número, os leitores encontrarão uma variedade de reflexões e análises sobre questões cruciais que permeiam o cenário jurídico contemporâneo.

Cada artigo oferece uma contribuição valiosa para novas reflexões e o avanço dos conhecimentos jurídicos.

Inicialmente, o papel do juiz contemporâneo na aplicação eficaz do princípio da boa-fé objetiva é posto em debate por Rogério Medeiros Garcia de Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas (TJMG).

No campo do Direito Administrativo e Tributário, Hélen Cristiany Pimenta de Oliveira (UNIMONTES) e Thais Carolina Souza Guedes debatem sobre os efeitos perniciosos do tempo e a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal. A temática recente da reforma fiscal, os desafios e prognósticos na implantação de um imposto sobre o valor agregado são cuidadosamente trabalhados por Rafael Soares Duarte de Moura (UNIMONTES) e Antônio Marcos Rodrigues Caracas. Por fim, Adilson Neri Pereira (PUC-SP) traz o debate sobre os vícios que inquinam os contratos administrativos e os limites de controle pelo Poder Judiciário.

Na área do Direito Civil e Consumerista, Leonardo Linhares Drumond Machado (UNIMONTES), Danilo Ribeiro Messias e Maria Fernanda Fiuza Ribeiro abordam o dilema dos contratos inteligentes (*smart contracts*) no direito contemporâneo. Fernanda Fagundes Veloso Lana (UNIMONTES/UNIFIPMoc) discorre sobre os limites da responsabilidade dos bancos nas fraudes de terceiros contra consumidores.

No campo do Direito Penal, Políticas Públicas e efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivas, Marcos Antônio Ferreira (UNIMONTES) e Monique Araújo Lopes (FUMEC) analisam, sob a perspectiva do macro acolhimento, a importância da atuação conjunta entre o sistema de justiça e a rede de promoção e proteção no combate à revitimização da criança e do adolescente. Janice Cláudia Freire Sant'Ana (UNIMONTES) e Sara Maria do Nascimento Honório abordam a relação da sociedade civil e a recepção dos refugiados venezuelanos no Brasil, sob a perspectiva da (não) incidência da discriminação histórico-cultural. A luta das mulheres contra a violência doméstica e o afastamento do trabalho por meio do Instituto Nacional do Seguro Social é a temática do artigo elaborado por José Adécio da Silva Júnior (UNIMONTES) Vitória Dreide Xavier Araújo Silva e Maurício Gabriel Mendes Gaia. Ainda, Paulo Henrique Campos Leite (UNIMONTES), Ana Clara Veloso Teixeira e Camila Lima Rocha discorrem sobre a eficácia do monitoramento eletrônico como alternativa de política pública diante da complexidade do sistema prisional brasileiro.

No âmbito do Direito de Família e das Sucessões, Rodrigo Dantas Dias (UNIMONTES), Anne Vitória Leal Silva e Roberta Azevedo Dias discorrem sobre a deserção e a indignidade por abandono afetivo e quais as implicações que se descortinam na sucessão hereditária.

Wanessa Aquino Reis Nunes (UNIMONTES/UNIFIPMoc) apresenta interessante estudo da influência do pensamento de Rui Barbosa na educação brasileira na transição do Império para a República.

Como colaboração do corpo discente, as acadêmicas Elaine Dias Silveira e Sâmille Keise Cordeiro Caracas trazem importantes reflexões sobre a nova Lei de Licitações e os desafios dos Municípios de pequeno porte.

Descortinando a seção “documentação e notas”, o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gérias, Lailson Braga Baeta Neves (PUC-Minas/FUMEC) e Fabíola Sayonara Araújo Baeta Neves (FUMEC) analisam o filme “O Vento Será Tua Herança” sob a

ótica do devido processo legal no Estado Democrático de Direito, especialmente ao que refere às garantias constitucionais que estão asseguradas na Constituição da República Federativa do Brasil. Elton Dias Xavier (UNIMONTES) e Lavínya Gabriele Soares de Jesus analisam a obra “Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano” de autoria de Grada Kilomba para compreender a necessidade da desconstrução das bases coloniais ainda presentes na sociedade; uma leitura intrigante, forte, necessária e que desperta no leitor anseio por participar e contribuir na luta antirracista. Por outro giro, Ana Lúcia Ribeiro Mól (UNIMONTES) e Maria Inês Gomes da Silva (UNIMONTES) analisam o acórdão proferido pela 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do recurso de apelação cível nº 1.0000.23.209642-0/001 cuja temática central é a litigância predatória, acesso à jurisdição em contraposição ao abuso do exercício do direito de ação. Por fim, Vítor Luís de Almeida (UNIMONTES) traz à baila a biografia de Antônio Gonçalves Chaves Júnior, considerado por historiadores como um dos mais importantes montes-clarenses de todos os tempos, dando nome, inclusive, ao atual prédio do Fórum do Poder Judiciário Estadual, a uma importante praça e a uma centenária escola, todos nesta cidade de Montes Claros.

Por tudo isso, agradecemos de modo especial a todos os autores pelo empenho e qualidade dos trabalhos dirigidos à nossa Revista, bem como aos pareceristas e colaboradores que prestaram relevante contribuição para a seleção e aprimoramento dos textos, nos lembrando, ainda, dos membros da nossa equipe de trabalho editorial. Sem o comprometimento e a dedicação de todos os envolvidos, não seria possível alcançarmos os elevados padrões acadêmicos que caracterizam as nossas publicações.

Por fim, convidamos os leitores a explorarem os artigos desta edição e a se envolverem no importante diálogo que eles promovem. Que este número os inspire novas reflexões e descobertas, assim como tem inspirado e desafiado a todos nós, que temos o privilégio de contribuir para esta publicação.

Professor Eluiz Antônio Ribeiro Mendes e Bispo
Editor-Chefe